



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

DANYELA ALVES DOS SANTOS

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE E A
AGRICULTURA FAMILIAR NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO
DE PALMAS-TO.**

**PALMAS – TO
2018**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

DANYELA ALVES DOS SANTOS

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE E A
AGRICULTURA FAMILIAR NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO
DE PALMAS-TO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a
obtenção do Título de Tecnólogo do Curso
Superior de Gestão em Agronegócio do
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins, Campus-
Palmas.

Orientador: Prof. MSc. Thomas Vieira
Nunes

Coorientador: Prof. Dr. José Eustáquio
Canguçu Leal

PALMAS – TO

2018



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

Santos, Danyela Alves dos

O Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e a Agricultura Familiar nas Escolas Municipais da Rede Pública de Ensino de Palmas- TO. Palmas- TO, 2018. f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Curso Superior de Gestão em Agronegócio) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas, 2018.

Orientador: Prof. MSc. Thomas Vieira Nunes

Coorientador: Prof. Dr. José Eustáquio Canguçu Leal

1. Agricultura Familiar 2. PNAE 3. Rede Pública de Ensino de Palmas. I. Título



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

DANYELA ALVES DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a
obtenção do Título de Tecnólogo do Curso
Superior de Gestão em Agronegócio do
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins, Campus-
Palmas.

Aprovado em: 08 de agosto de 2018.

BANCA AVALIADORA

MSC. THOMAS VIEIRA NUNES (Orientador)
IFTO – Campus Palmas

DR. JOSÉ EUSTÁQUIO CANGAÇU LEAL (Coorientador)
IFTO – Campus Palmas

DR.^a AURINÊS QUEIROZ BORGES
IFTO – Campus Palmas

DR. FRANK TOSHIMI TAMBA IFTO
IFTO – Campus Palmas



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

Continue a nadar, nadar, nadar!

Para achar a solução, nadar, nadar!

Dory - Procurando Nemo, 2008.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

RESUMO

O presente trabalho teve como problema de pesquisa verificar o êxito do Programa Nacional de Alimentação Escolar quanto à obrigatoriedade da aquisição da agricultura familiar nas escolas do município de Palmas, verificando como é executado no âmbito regional, com suas potencialidades e desafios. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo, com questionários direcionados aos servidores que são responsáveis pelo PNAE dentro das unidades escolares e também aplicados no setor responsável pelos procedimentos licitatórios na Secretaria Municipal de Educação de Palmas. Revelando que o município de Palmas tem êxito em sua execução, conseguindo atingir o percentual determinado na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e satisfatória quanto à participação da agricultura familiar. Concluiu-se que há melhorias a serem realizadas quanto às aquisições da agricultura familiar dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Palmas, tais mudanças facilitariam as aquisições e como consequência aumentariam a rentabilidade no meio rural.

1. Agricultura Familiar 2. PNAE 3. Rede Pública de Ensino de Palmas. I. Título



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

ABSTRACT

The present study had as a research problem to verify the success of the National School Feeding Program regarding the compulsory acquisition of family farming in the schools of the municipality of Palmas, verifying how it is carried out in the regional scope, with its potentialities and challenges. Field and bibliographic surveys were conducted with questionnaires directed to the servers that are responsible for PNAE within the school units and also applied in the sector responsible for the bidding procedures in the Municipal Secretariat of Education of Palmas. Revealing that the municipality of Palmas is successful in its execution, reaching the percentage determined in Law 11,947, of June 16, 2009, and satisfactory regarding the participation of family agriculture. It was concluded that there are improvements to be made regarding the acquisitions of family agriculture within the National School Feeding Program in the municipality of Palmas, such changes would facilitate the acquisitions and as a consequence would increase the profitability in the rural environment.

1. Family Farming 2. PNAE 3. Public School of Teaching of Palmas. I. Title

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	PROBLEMA	10
1.2	JUSTIFICATIVA	10
1.3	OBJETIVOS	12
1.3.1	Objetivo Geral	12
1.3.2	Objetivos Específicos	12
2.	REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1	Agronegócio	12
2.2	Cadeia de produção no Agronegócio	13
2.3	Agricultura Familiar	14
2.4	Programa Nacional de Alimentação Escolar	18
2.5	Sistema Municipal de Educação de Palmas	22
2.6	Rede Pública Municipal de Ensino de Palmas - TO	23
3.	METODOLOGIA DE PESQUISA	24
4.	RESULTADOS E DISCURSÕES	27
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6.	REFERÊNCIAS	43
7.	APÊNDICE A	46

1 INTRODUÇÃO

O contexto histórico, político e administrativo diversificado do Brasil, faz com que existam divergências, quando se trata de acesso a serviços públicos de educação, renda e demais recursos. Enfim o cenário de desigualdade social é predominante, dentre outros desafios socioeconômicos a serem superados. Portanto tais características ressaltam a necessidade de complementação de diferentes estratégias de fomento ao desenvolvimento regional. Estes esforços têm ocorrido em todo o território nacional e na maioria das ações, têm o estado como interveniente e executor de tais estratégias.

O modelo predominante está moldado em uma formatação de políticas públicas, às quais, de fato, são mais adotadas pelos mesmos. As políticas, portanto, são estabelecidas pelos governos, seja em nível federal, integrado com estadual e/ou mesmo municipal. Assim podem introduzir ou estabelecer ações de redução das desigualdades econômicas e sociais em todas as regiões do país.

As políticas públicas estão concentradas na promoção da saúde, educação e cultura, mas também ao acesso a renda no meio rural para o agronegócio familiar.

“O setor mais importante da economia nacional brasileira é o agronegócio representando em torno de um terço do PIB brasileiro. O Brasil é um país com grandes perspectivas satisfatórias para o agronegócio, em face de suas características e diversidades, tanto de clima quanto de solo, possuindo ainda áreas agricultáveis altamente férteis e ainda inexploradas” ... (BACHA, 2000 apud PACHECO, et al. 2012).

Portanto, nota-se a indiscutível contribuição à economia brasileira, pois o agronegócio é uma das atividades com elevado potencial de geração de renda e desenvolvimento. Contudo para que tais benefícios sejam efetivamente observados, torna-se vital que agentes públicos, produtores e pesquisadores estejam totalmente integrados, criando uma ideia de cooperação em redes, a fim de que se prevaleçam relações de transparência entre atores econômicos e sociais. Enfim todos poderiam estimular a percepção clara de suas atribuições, e isso consequentemente elevaria indiretamente o nível de comprometimento.

Pois a meta a ser alcançada neste caso seria o equilíbrio entre a eficiência e eficácia nas diferentes cadeias produtivas:

A dinâmica das cadeias de produção traz uma série de vantagens ao produtor, de modo que os principais objetivos do desenvolvimento do processo produtivo em cadeia são: redução de custos, ganhos em competitividade de preços, elevação do nível de qualidade dos produtos, maior rapidez na produção, diferenciação dos produtos, maior agregação de valor, desenvolvimento de procedimentos voltados à sustentabilidade e inserção das atividades agropecuárias no mercado globalizado. (VIANA e FERRAS, 2007)

Políticas públicas como o PNAE se fundamentam com um objetivo central, no entanto, com o passar das reformulações são agregadas ações que abrangem terceiros totalmente distintos dos beneficiários originários, como acontece desde o ano de 2009, com a obrigatoriedade da aquisição de produtos de pequenos agricultores da região. A aquisição de produtos visam melhores valores nutricionais na preparação da merenda escolar o que consequentemente contribui para o desenvolvimento local.

Dentro do contexto anteriormente referido, será investigada nesta pesquisa a efetividade da participação de agricultores familiares de Palmas - TO, em uma política pública macro (Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE), com as necessidades da rede pública municipal de ensino.

1.1 PROBLEMA

O Programa Nacional de Alimentação Escolar quanto à execução nas escolas municipais de Palmas – TO atinge êxito ao que se refere à obrigatoriedade da aquisição da Agricultura Familiar?

1.2. JUSTIFICATIVA

O Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE possui a incumbência de garantir alimentação de qualidade aos estudantes, segundo o (FNDE, 2018), o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação sendo atual entidade mantenedora deste programa e diante disso atende alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e

em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros para a aquisição de produtos alimentícios.

Portanto, faz-se a investigação da participação dos Agricultores Familiares junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Palmas – TO. Seja conciso, sobretudo verificar sua estruturação e a relevância social, portanto sua influência na autossuficiência e geração e garantia de renda a região de Palmas.

“...O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focaliza-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país....” (GUILHOTO et al., 2006).

São extremamente positivos os objetivos deste programa, como incentivo à produção local e conseqüentemente a geração de renda aos pequenos produtores da região. Enfim o objetivo do mesmo, que trata de proporcionar uma alimentação escolar de qualidade, também vislumbra o fato da necessidade de formação e evolução continuada de todos os atores sociais envolvidos. O exemplo dos fornecedores (agricultores familiares) torna-se essencial, pois estes deverão ser comprometidos com o manejo da produção e com isso contribuir com o programa na disponibilização de produtos de qualidade.

Permanece a necessidade e prioridade frente à reorganização aos agentes condutores e executores do Programa. Espera-se que haja auxílio interinstitucional no modelo de redes de colaboração construtivistas. Assim haverá a presença de produtos da agricultura familiar em modo crescente.

1.2 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender como é executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar e a participação da Agricultura Familiar nas Escolas Públicas do Município de Palmas – TO.

1.3.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Palmas - TO.
- Mapear informações oriundas de técnicos e servidores das escolas sobre as aquisições da agricultura familiar.
- Evidenciar as potencialidades e desafios quanto à aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar para o desenvolvimento local.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Agronegócio

A definição de agronegócio na língua portuguesa dar-se-á como “Processos ou operações relacionadas à agricultura e à pecuária desde a produção de seus produtos até a comercialização dos mesmos” (DICIO, 2018). O termo agronegócio é a tradução da palavra *Agribusiness*, que segundo (WELCH, 2018): “Como conceito, agribusiness virou moeda corrente nos EUA nos anos 50, através o trabalho do economista da Universidade de Harvard John Davis”.

Etimologicamente o termo agronegócio é recente, mas tais atividades são arcaicas, contudo são de suma importância tais conceituações a fim de se entender a complexidade que é agregada ao termo. Segundo, (DAVIS; GOLDBERG, 1957 apud GUBERT, F. et al., 2016, pág. 1):

O agronegócio pode ser compreendido como a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção na unidade de produção, do armazenamento,

do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos por meio deles.

Há uma divisão do agronegócio em seguimentos, com o intuito de haver uma maior compreensão das atividades e consequentemente identificação de agentes envolvidos, denominando-se antes, dentro e fora da porteira. Tal fragmentação é explicada por (ARAÚJO, 2005 pág. 33 a 117):

- “Antes da porteira”: Fornecimento de insumos e serviços, máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, corretivos, sementes, financiamento. (Fornecedores, governo, pesquisadores, prestadores de serviço, bancos)
- “Dentro da porteira”: Envolve o preparo e manejo de solos, tratamentos culturais, irrigação, colheita, criações enfim tudo que se é realizado dentro da propriedade rural. (Trabalhadores e empregados rurais, cooperativas e associações)
- “Após a porteira”: Armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagens, distribuição, consumo de produtos alimentares, fibras e produtos energéticos provenientes da biomassa. (Agentes comerciais, agroindústrias, representantes, distribuidores, vendedores, comerciantes de atacado e varejo, consumidores).

O entendimento de tais seguimentos contribui para que haja maior profissionalização desse setor, com maior integração dos agentes envolvidos, políticas públicas, investimentos em infraestrutura, abrangência de mercados, pesquisas científicas, empregando de melhor maneira os recursos existentes e consequentemente potencializando a geração de emprego e renda.

2.2 Cadeia de produção no agronegócio

Após a conceituação de agronegócio, surge na França na década de 1960 à observância de um novo termo dentro do setor: “*filière*” ou cadeia, de acordo com ARAÚJO (2005, pág. 22). Definição, segundo (MORVAN 1985, apud PEDROZO, E. A. et al., 2004, pág. 6):

A *filière* é uma sucessão de operações de transformação à produção de bens (ou de conjuntos de bens); a articulação destas operações é largamente influenciada pelo estado das técnicas e das tecnologias em curso e é definida pelas estratégias próprias dos agentes que buscam valorizar da melhor maneira seu capital.

De acordo com (GASQUES, J.G. et al., 2004), "...a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela sua transformação, até o seu consumo" no mesmo sentido do termo *filière*, denota-se as atividades ligadas à mutação de bens, desde a matéria prima ao consumidor final, de acordo com (KLIEMANN, 2003 apud VIAL, L. A. M., 2009).

O agronegócio é um setor fundamental para a economia mundial e nacional, contribui com a geração de emprego, renda, desenvolvimento de regiões e para a potencialização de tais benefícios oriundos do agronegócio, torna-se mais que necessário a compreensão e entendimento dos elos, agentes, processos, técnicas e tecnologias que compõem o meio.

Para que isso ocorra, de acordo com ARAÚJO (2005, pág. 23), é necessário uma análise da cadeia produtiva de um produto do agronegócio, tornando se possível: Discriminar toda a cadeia, utilização de tecnologias para a estruturação, ponderar sobre estratégias das firmas e associações e políticas voltadas ao agronegócio.

Ao analisar uma cadeia produtiva, abre se um leque de oportunidades e possibilidades, meios de solução para os gargalos existentes, agregação de agentes em prol da mesma, participação em políticas públicas, dentre outras.

2.3 Agricultura Familiar

A conceituação da Agricultura Familiar é indefinida no meio acadêmico em virtude de ser termo recente no Brasil de acordo com Abramovay (1997). Ainda, (SILVA E JESUS), 2010 pag.: 2) ressalta que, "torna-se difícil distinguir e definir agricultura familiar". Essa dificuldade em conceituar, se deve a outros termos utilizados para nomear tal classe, conforme Abramovay (1997):

Até dois anos atrás, os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes "agricultura de baixa renda", "pequena produção", quando não "agricultura de subsistência". Da mesma forma, a grande maioria dos textos acadêmicos voltados a este tema adotava os mesmos termos.

De acordo com (INCRA, 2018), nos anos de 1998 a 1999 a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), se uniram com intuito de caracterizar a agricultura familiar, em um Projeto de Cooperação Técnica. A partir dessa união foi possível distinguir a agricultura familiar com tais características principais, em conformidade com (SILVA e JESUS, 2010 . pag.: 2):

a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;

b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e,

c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Para a Subsecretaria de Agricultura Familiar – SAF, Subsecretaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, distingue a agricultura familiar de modo simplório, mas de grande significância, (MDA, 2017).

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda.

Essa delimitação e conceituação é de grande valor para o setor agronegócio e aos agricultores familiares, dessa forma ações podem ser pensadas a partir dessas peculiaridades definidas.

Após tais definições e caracterizações sobre tal grupo, sendo relevante ressaltar seu contexto histórico, de acordo com (SILVA e JESUS, 2010):

A situação em que se expressa a agricultura familiar na atualidade, no caso brasileiro, é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, sendo influenciada principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e principalmente das últimas décadas.

Processos esses que levaram a agricultura familiar ao contexto acadêmico na busca do entendimento de sua evolução, para que se fortaleçam políticas que e que levem ao firmamento deste setor. “Novos espaços surgiram, permitindo que houvessem inúmeras manifestações sobre o papel da agricultura familiar e do próprio desenvolvimento rural” (FLORES, 2002, p.347).

Mas essa caracterização e olhar diferenciado aos pequenos agricultores ou camponeses tornou-se fundamental dentro do contexto histórico, para compensar o esquecimento durante eventos como a Revolução Verde que se obteve grande apoio do Governo ao uso de tecnologias, em prol da modernização da agricultura, em conformidade a Grossi e Silva (2002) apud Silva e Jesus (2010).

Esse período foi marcado pela ditadura militar concomitantemente modernização da agricultura, no qual se favoreceu os grupos de grandes e médios produtores em detrimento aos outros, como: “pequenos agricultores, assalariados rurais (em particular os temporários, “boias-frias”), populações rurais sem terra” em consonância a, (DELGADO 2009 pág. 10). A espera de uma grande revolução no meio, es que surgem diversos problemas dentre as promessas que vieram com a “Revolução verde, de acordo com (LAZZARI e SOUZA, 2017):

A promessa de emprego cai por terra, uma vez que as máquinas invadem o campo e a produção familiar diversificada passa a ser plantação de monocultura. O aumento da produção de alimentos para o mercado interno foi ínfimo, uma vez que os grandes campos de uma só cultura destinavam-se à exportação. O êxodo rural pautado no desemprego facilitou a solidificação do latifúndio e o surgimento da periferia na zona urbana. O alimento orgânico dá espaço ao alimento sem segurança alimentar. A terra fértil passa por processos de desertificação.

Dentro do contexto histórico, a agricultura realizada por pequenos produtores perdem o espaço no que se refere à políticas públicas, incentivos, financiamentos e um olhar diferenciado se dá pela percepção que o modelo de modernização da agricultura torna se inviável relativas as problemáticas irrefutáveis. Cita (SILVA e JESUS, 2010), como a solução de tais questões:

Agricultura familiar no Brasil surge como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial fortalecendo-se com os impactos sociais, culturais e ambientais ocasionados pela “revolução verde”.

Consequentemente tal evento tornou de fundamental a agricultura de pequenos produtores, pois tais problemas vieram , destacando a essa classe a sua importância no meio rural e ao abastecimento interno. “Agricultura familiar que é caracterizada pelo fornecimento de gêneros alimentícios para o abastecimento interno e, de outro lado, as monoculturas destinadas ao mercado externo” de acordo com (OLIVEIRA, et al. 2015).

Ao se constatar a força da agricultura de pequenos, aumenta-se a representatividade, e clamor de uma classe anteriormente esquecida, como cita (DELGADO 2009 pág. 16):

Como consequência da gradual afirmação social desses novos personagens, atores e reivindicações, a questão agrária passou progressivamente a ganhar uma visibilidade política sem precedentes na história do país, tornando-se tematicamente mais complexa e diversificada e abrindo caminho para a futura implosão da identidade entre rural e agrícola e entre desenvolvimento e modernização, que ganharia maior vigor e substância, conceitual e política, a partir da década de 1990.

A força dos pequenos produtores dar-se na década de 1990, no qual são batizados de agricultores familiares, de acordo com Delgado, 2009. Com a inserção de órgãos e legislações específicos a essa causa como visibilidade governamental, com forças sindicais rurais como representatividade, além de manifestações claras e públicas que a agricultura familiar necessitava oportunidades para manutenção no meio rural. Como refere (OLIVEIRA, et al. 2015):

Neste contexto a construção de Políticas públicas para agricultura familiar se inicia com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), posteriormente surge o Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

Com a Lei nº 11.326, de julho de 2006, são construídos fundamentos para a caracterização da agricultura familiar e empreendimentos familiares

com intuito da regulamentação a fim de estruturar políticas públicas que fomentem a continuidade e estabilidade desse grupo no meio rural.

Segundo o relatório da FAO de 2014, sobre o Estado da Alimentação e da Agricultura (SOFA 2014), relata que 80% dos alimentos produzidos no mundo são oriundos da agricultura familiar. A representatividade de consumo no Brasil é de 70%, tornando-se o principal responsável pelo abastecimento interno em 2014, conforme informações do site do Governo Federal do Brasil.

Tais números que evidenciam a potencialidade da agricultura familiar no Brasil, que só é possível após a visibilidade por parte do governo, instituições de pesquisa empregadas a essa classe.

2.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE

A idealização de proporcionar uma alimentação no âmbito escolar surge por volta de 1940, mas um marco importante segundo o caderno de Políticas de Alimentação Escolar (BRASIL, 2006), se deu pelo Decreto nº 37.106, onde se origina a Campanha da Merenda Escolar e posteriormente passa por algumas alterações e em 1979 é denominado como Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

Das variadas modificações do Programa desde a sua concepção em 1940, destaca-se, de acordo com (BRASIL, 2006), que os alimentos que eram ofertados às crianças como alimentação escolar eram doados por instituições internacionais ou outros países e não custeados pelo Governo. A partir dessa conjuntura, tais alimentos insuficientes para atender a demanda brasileira, houve a distribuição em na região Nordeste, onde grande parte dos estudantes desnutridos habitavam. Segundo (BRASIL 2006, págs.: 16 e 17):

As doações de gêneros alimentícios eram compostas principalmente de alimentos industrializados como: leite em pó desnatado, farinha de trigo e soja. Ao longo dos anos, as doações foram diminuindo e o Brasil viu-se na necessidade de manter o PNAE com recurso brasileiro. A partir de 1960, o Governo Federal iniciou a compra de produtos brasileiros para a alimentação escolar.

A partir dessa necessidade, de acordo com Coimbra (1982), a alimentação escolar indica uma demanda por produtos alimentícios, mas o enfoque da compra de produtos brasileiros não era a qualidade e sim o desenvolvimento das empresas nacionais. Assim como cita BRASIL (2006, pag: e 17):

Na década de 70, mesmo o Brasil assumindo a compra dos alimentos, as aquisições de produtos industrializados representavam cerca de 52% do total de gastos com a alimentação escolar. Os principais produtos comprados nesse período foram: paçoca; farinha láctea; sopa industrializada (sopa de feijão com macarrão, sopa creme de milho com proteína texturizada de soja, creme de cereais com legumes), entre outros.

Produtos acima citados totalmente não perecíveis que facilitavam a distribuição pelas diversas e longínquas regiões do país, porém caracterizados por baixíssimos valores nutricionais como se categorizam os produtos industrializados.

Após várias tentativas de se estabelecer um programa que atendesse crianças matriculadas na rede pública de educação, proporcionando aos mesmos uma alimentação adequada e de qualidade a fim de suprir as carências nutricionais e fortalecendo o processo de aprendizagem, tornou-se alimentação escolar uma garantia de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 208, possibilitando:

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2017), após a promulgação da Constituição, fortaleceu o direito da criança no ambiente escolar ter uma alimentação, e a incumbência de fomentar o PNAE tornou - se de responsabilidade das esferas federal, estadual e municipal.

Mas até 1993, havia o órgão que gerenciava o PNAE em sua totalidade, desde a aquisição dos produtos alimentícios, controle de qualidade e logística e distribuição às escolas, atendendo todo território nacional de modo centralizador conforme consta em (FNDE, 2017). O Programa Nacional de Alimentação é

alterado no modo como é executado, e tal evento fora citado por o documento BRASIL (2006, pág.: e 26):

A partir de 12 de julho de 1994, a descentralização foi instituída por meio da Lei nº 8.913. A execução do programa passou, então, a ser realizada mediante a celebração de convênios com os municípios, e foi delegada às secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal a competência para o atendimento dos alunos pertencentes às suas rede se às redes municipais que não haviam aderido à descentralização.

A função antes desempenhada pelo órgão centro do Programa torna-se de responsabilidade dos municípios e secretarias estaduais o que aproxima compra de tais produtos e os contemplados, podendo assim alcançar uma maior efetividade dos fundamentos do Programa.

De acordo com Brasil (2006), regular tal descentralização se teve por meio da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, possibilitando os recursos fossem diretamente repassados as entidades e sobre o já responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar o FNDE. Outro marco importante foi à reedição da lei supracitada, onde se contribui extremamente para o formato atual, vários pontos são fundamentados na Medida Provisória nº 2.178, de 28 de junho de 2001, neste contexto se dá a observância dos seus artigos 6º e 7º:

Art. 6º Os cardápios do programa de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi - elaborados e aos in natura.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios utilizarão, no mínimo, setenta por cento dos recursos do PNAE na aquisição dos produtos básicos.

Art. 7º Na aquisição dos gêneros alimentícios, terão prioridade os produtos da região, visando a redução dos custos.

Ponderando primeiramente nos objetivos do PNAE, os artigos referidos visam algumas condições aos produtos que serão ofertados aos estudantes

atendidos, visando uma alimentação de qualidade respeitando a regionalidade onde tal entidade é inserida consequentemente aumentando o índice de aceitabilidade. Complementa-se sobre outro fator de suma importância visado pelo Programa, a demanda por produtos regionais, o que produz uma movimentação no mercado local, o que impulsiona, desenvolve e fomenta a produção local.

Tais pontos imprescindíveis como o desenvolvimento local e sustentável no que se refere às aquisições para a alimentação escolar dentre outros como repasses, fiscalização, e as devidas responsabilidades ressurgem e são delimitados na Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, evidenciando a preferência na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, focalizado no Artigo 2º no Inciso 5º, de acordo com (FNDE, 2017):

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

Em conformidade (FNDE, 2017), os repasses oriundos do FNDE aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, 30% desse recurso deve ser destinado a aquisições da produção de agricultores familiares e suas organizações, dando a preferência aos assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Tais aquisições serão realizadas por meio licitação ou dispensa licitação, ambos regidas pela lei 8.666/93, mas tendenciada a dispensa como compreendido em (FNDE, 2017), na forma da Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, no Artigo 14 no § 1º:

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

O FNDE neste caso representa a União, o que não exime os Estado, Distrito Federal e os municípios de suas obrigações na oferta da alimentação escolar, mas ambos se complementam, tal como relata o documento Brasil (2006).

No formato atual do PNAE, os recursos são executados diretamente de acordo com o tipo gestão que é realizada nos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, as quais são responsáveis pelo planejamento, aquisições e a oferta da merenda escolar durante todo ano letivo.

2.5 Sistema Municipal de Educação de Palmas

O Sistema Municipal de Educação de Palmas - TO é regulamentado pela Resolução CME-PALMAS-TO Nº 001 de 10 de abril de 2007, na qual define seu regimento e parâmetros em concordância com Lei nº 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) , pelo Conselho Municipal de Educação de Palmas, conforme a CME-PALMAS-TO Nº 001:

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I - Sistema Municipal de Educação de Palmas (SME) – conjunto de elementos autônomos e integrados, com diretrizes normativas comuns, formado por:

- a) Instituições Privadas de Educação Infantil,
- b) Instituições Públicas Municipais de Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental;
- c) Secretaria Municipal da Educação e Cultura,
- d) Conselho Municipal de Educação,
- e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar,
- f) Conselhos Escolares, Unidades Executoras ou órgãos equivalentes das Unidades de Educação e Ensino que integram a rede pública municipal;

Segundo a Resolução supracitada, define-se como Sistema Municipal de Educação conjunto de instituições da Educação Básica, normatizando – as com o intuito de estabelecer um padrão a todas as instituições de ensino, seja ela publica ou privada no Município de Palmas Tocantins, e afim salvaguarda uma educação de qualidade em conforme consta nas legislações vigentes e

principalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em artigo 11 (LDB,1996):

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

2.6 Rede Pública Municipal de Ensino de Palmas- TO

A Rede Municipal referida é formada por instituições educacionais vinculadas ou mantidas pelo poder públicas localizadas nas diversas regiões e bairros do município de Palmas – Tocantins.

Tais instituições têm como entidade mantenedora e gestora a Secretaria Municipal de Educação de Palmas- SEMED, anteriormente nominada de SEMEC, responsável pela promoção, viabilidade das políticas educacionais, controle de qualidade da educação.

A Rede Municipal de Palmas atende nos Centros Municipais de Educação Infantil- CMEIS, crianças na faixa etária de 4 meses a 5 anos e 11 meses, já as crianças de 6 a 15 anos são atendidas pelas Escolas Municipais, há também o atendimento da educação para jovens e adultos, enfim educação infantil, fundamental e EJA.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Em concordância com os objetivos propostos por essa pesquisa e que se obtenham dados que demonstrem como é a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas do município de Palmas, à participação da agricultura familiar remete a importância dos métodos de pesquisa empregados, conforme cita (Prodanov e Freitas, 2013):

Esses métodos esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois, métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações.

Em busca de informações realizou-se a pesquisa de campo através da aplicação de questionários aos envolvidos diretamente com o programa: Coordenadores Administrativo/Financeiro os responsáveis pela elaboração do processo de Chamada Pública, cabendo-os à decisão de quais produtos a serem adquiridos, as quantidades, e a efetivação de pagamentos aos fornecedores da agricultura familiar. Na entidade responsável, a Secretaria Municipal de Educação de Palmas – SEMED, os questionários foram direcionados ao setor de Licitações que possui as atribuições de corrigir e direcionar os processos de Chamada Pública, compete a divulgação, publicação dos tramites processuais e o repasse de informações ao FNDE sobre a empregabilidade dos recursos do PNAE. Aplicação dos questionários foram definidas por amostragem.

Em 2017, segundo dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica (INEP), coletadas por meio do Censo Escolar, os números de escolas com dependência administrativa municipal totalizam 44 unidades, sendo que 4 localizam –se no meio rural. Ainda de acordo informações no site da Prefeitura Municipal (2018), as demais são distribuídas da seguinte maneira: 11 unidades na Região Norte, 11 unidades na Região Central e 18 unidades na Região Sul do município de Palmas.

Dados acima citados foi referência para a definição da amostragem em 20%. Aos Coordenadores das Unidades Escolares, foi aplicado um questionário

semiestruturado, com 12 questões de múltipla escolha, sendo a definição lógica dos participantes fundamentada na localidade da unidade escolar e do seu atendimento parcial ou integral a fim de contextualizar realidades diferentes.

Quanto ao primeiro item não foi alcançado, devido a não disponibilidade dos servidores das unidades da região norte, sendo aplicada a pesquisa em conformidade a Tabela 1.

Tabela 1- Quantificação de questionários as Unidades Escolares quanto á região, atendimento.

Região	Norte	Central	Sul	Rural	Total
Atendimento Integral	-	01	03	01	05
Atendimento Parcial	-	02	02	00	04
Total	-	03	05	01	09

Na entidade gestora, a Secretaria Municipal de Educação de Palmas, os questionários foram aplicados aos técnicos responsáveis que possuem contato com as unidades escolares e agricultores familiares nos tramites dos processos burocráticos e auxiliando a execução da legislação vigente do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Atualmente o setor é composto por 3 (três) servidores e é localizado junto ao Jurídico da SEMED, por sua composição ser pequena, foi utilizado o mesmo percentual da anterior, 20%. As 9 (nove) questões bem diretas, considerando que o Programa acontece nas unidades escolares e meramente para uma melhor explanação da temática.

Os questionários foram enviados por e-mail aos pesquisados, por meio da Google Formulários, devido a sua facilidade e versatilidade em já apresentar os resultados graficamente, bem como facilitar ao servidor pesquisado responder as questões conforme a sua disponibilidade.

“A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” (FONSECA, 2002 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Uso da pesquisa bibliográfica pra que haja embasamento e compreensão dos dados adquiridos ou sua complementação.

Além da utilização dos questionários aplicados a fim de atender os objetivos propostos, houve a observação para a melhor compreensão dos eventos.

Os dados obtidos foram tabulados e representados graficamente, para a otimização na explanação dos resultados que serão alcançados. Quanto à natureza da pesquisa, foi descritiva, pois conforme explana TRIVIÑOS, 1987 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009 “[...] exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Houve solicitação feita à da entidade Gestora Secretaria Municipal de Educação de Palmas, a qual prontamente autorizou a realização da pesquisa com seus servidores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar em Palmas - TO

A gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE pode ser feita de várias formas: descentralizada, centralizada, mista e terceirizada.

No município de Palmas a gestão é feita de forma descentralizada, logo as aquisições são realizadas pela Unidade Escolar, desde a escolha dos produtos e quantidades que estarão no processo, qual compete à elaboração da Chamada Pública e todos os trâmites que sucedem, como a supervisão, orientação e deliberação da entidade gestora por meio da Secretaria Municipal de Educação de Palmas-SEMED.

Nos municípios brasileiros a gestão do programa é realizada predominantemente de maneira centralizada, conforme aponta a Tabela 2.

Tabela 2- Tipos de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE nos municípios brasileiros.

Caracterização dos municípios do Brasil: Tipos de Gestão do PNAE		
Gestão	Número	%
Centralizada	4.756	92,0
Descentralizada	146	2,8
Mista	149	2,9
Terceirizada	117	2,3

Fonte: Machado (2013)

Há grande valor em se ter uma gestão descentralizada de um Programa Macro, é que cada peculiaridade pode ser administrada e observada de perto, bem como as necessidades, e quando se trata de recursos do emprego se maximiza a fim de alcançar os objetivos pretendidos com eficiência e eficácia.

Outro ponto relevante no quesito gestão descentralizada ao município de Palmas – TO, que devido à distribuição das unidades escolares nas mais diversas regiões entre o meio urbano e rural, as aquisições de produtos alimentos podem ser realizadas em empreendimentos dentro dessas zonas e assim gerando renda e emprego na localidade.

Os repasses financeiros do PNAE são instituídos por meio da União, e em 2018 ficaram estabelecidos os seguintes valores por aluno matriculado, variando a modalidade de ensino por dia letivo, em concordância com a Tabela 3.

Tabela 3- Valor unitário repassado pela União por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

Valor unitário repassado pela União por meio do PNAE a Estados e Municípios	
Atendimento	Valor por aluno 2018
Creches	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno	R\$ 0,53

Fonte: FNDE (2018)

Os valores de referência por aluno do repasse de complementação por parte município de Palmas as unidades escolares levando em consideração o tipo de atendimento que é ofertado pela mesma, apontado na Tabela 4.

Tabela 4- Valor unitário repassado pelo município de Palmas por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

Valor unitário repassado pelo Município por meio do PNAE de Palmas as Unidades Escolares			
Atendimento	Valor por aluno 2016	Valor por aluno 2017	Valor por aluno 2018
Pré-escola	R\$ 0,15	R\$ 0,15	R\$ 0,18
Ensino fundamental	R\$ 0,15	R\$ 0,15	R\$ 0,18
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,15	R\$ 0,15	R\$ 0,18
Ensino integral	R\$ 1,10	R\$ 1,10	R\$ 1,37
Atendimento Educacional Especializado	R\$ 0,15	R\$ 0,15	R\$ 0,18
Mais Educação	R\$ 1,05	-	-

Fonte: Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.437.

Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.636.

Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.971.

Os valores por município variam de acordo com o Orçamento Municipal, ressaltando a importância do repasse da União aos Estados e Municípios pelo Programa, sendo um meio de tornar-se igualitário ou próximo a isso e buscando a qualidade da alimentação escolar a todos os alunos da rede pública de ensino do Brasil.

A previsão recursos destinados ao PNAE, para rede pública municipal no ano de 2018 é disponibilizada no Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.971 na PORTARIA/GAB/SEMED Nº 0255. O montante total (União e Município) de todo o atendimento são de R\$ 7.387.876,00 (sete milhões trezentos oitenta sete mil oitocentos setenta seis reais), levando em consideração os 27.919 (vinte sete mil novecentos dezenove) alunos contabilizados no Censo Escolar do ano anterior, ressaltando que os alunos da educação infantil não entram nesse contexto, quantificando tais valores na Tabela 5.

Tabela 5- Valor global repassado pela União/Município por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

Valores globais repassados pela União e Município por meio do PNAE as Unidades Escolares de Palmas TO			
Responsabilidade do Repasse	Valor por aluno 2016	Valor por aluno 2017	Valor por aluno 2018
União	R\$ 3.977.000,00	R\$ 3.077.620,00	R\$ 3.436.404,00
Município	R\$ 4.798.170,00	R\$ 3.454.290,00	R\$ 3.951.472,00
Total	R\$ 8.775.170,00	R\$6.531.910,00	R\$ 7.387.876,00

Fonte: Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.437.

Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.636.

Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.971.

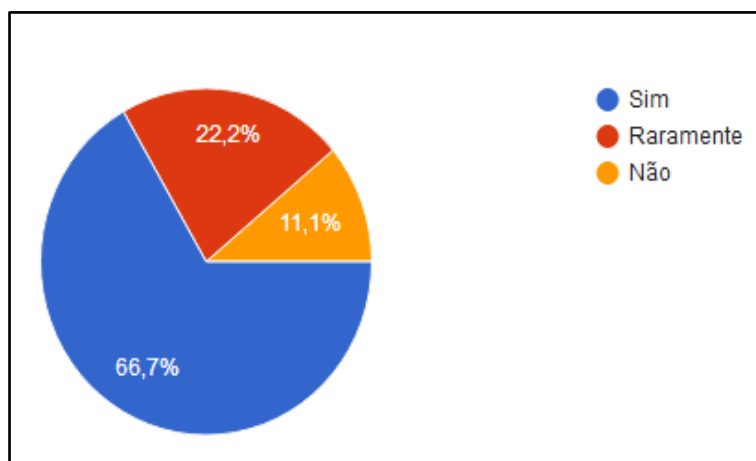
Os valores supracitados são para total compreensão e comparação posteriormente do que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Palmas.

Condizente com a legislação vigente, as aquisições do Programa devem ser harmônicas com a Lei 8.666/93, que regula as licitações e contratos da Administração Pública. Neste enquadramento tais processos são elaborados e executados pela Unidade Escolar com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação de Palmas, devido à gestão descentralizada adotada pelo município. Logo a escolha de quantos procedimentos licitatórios serão realizados ao longo do ano e razão da necessidade da Unidade Escolar, em sua maioria são

elaborados no primeiro trimestre do ano letivo em conformidade com o cardápio vigente disponibilizado pela SEMED.

As unidades escolares quando questionadas pela efetivação do cardápio, sendo um dos requisitos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e criado para o ano letivo com a composição definida por uma nutricionista, modificando-se em razão da faixa etária e atendimento que é ofertado, e conforme as determinações do PNAE, logo 66,7% da amostra diz que “sim” logo segue fielmente o cardápio, e 22,2% “raramente” e “não” 11,1% das unidades, representa-se tais afirmações no Gráfico 1.

Gráfico 1- Efetivação do cardápio base para a alimentação escolar no Município de Palmas.



Os dados apresentados sobre o PNAE no município tem a finalidade de agregar e construir uma compreensão e análise de um Programa com diretrizes nacionais dentro do contexto regional, respeitando suas peculiaridades.

4.2 Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar quanto a aquisição da agricultura familiar no município de Palmas- TO.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação consegue mapear e quantificar os estados e municípios quanto às aquisições da agricultura familiar através do Sistema de Gestão de Contas – SigPC. A tabela abaixo é referente a 2016, no qual a Prefeitura de Palmas atinge o determinado na legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar quando a aquisição de produtos

oriundos da agricultura familiar. Outro ponto observado é que através do PNAE há capitais brasileiras que conseguem elevar as compras a 100% desse recurso, movendo a economia local com a geração de renda aos pequenos agricultores, consequentemente sua estabilidade no meio rural.

Tabela 5- Valor de aquisições da agricultura familiar repassado pela União por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE as capitais brasileiras em 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL	VALOR TRANSFERIDO FNDE	AQUISIÇÕES AGRICULTURA FAMILIAR	PERCENTUAL
MACEIO	R\$ 170.977,02	R\$ 170.977,02	100,00%
BOA VISTA	R\$ 2.392.953,75	R\$ 2.392.953,75	100,00%
ARACAJU	R\$ 995.592,74	R\$ 837.486,25	84,12%
MANAUS	R\$ 22.193.813,59	R\$ 11.895.123,76	53,60%
TERESINA	R\$ 9.416.824,16	R\$ 4.365.131,70	46,35%
MACAPA	R\$ 2.177.893,98	R\$ 978.233,54	44,92%
GOIANIA	R\$ 13.892.920,76	R\$ 5.710.331,57	41,10%
BELEM	R\$ 6.423.576,23	R\$ 2.590.114,04	40,32%
PORTO VELHO	R\$ 4.832.239,52	R\$ 1.885.515,85	39,02%
RIO BRANCO	R\$ 2.887.497,05	R\$ 1.014.937,49	35,15%
VITORIA	R\$ 6.116.291,54	R\$ 1.994.866,47	32,62%
PALMAS	R\$ 10.621.273,97	R\$ 3.293.477,44	31,01%
CUIABA	R\$ 6.999.630,59	R\$ 1.976.837,11	28,24%
DE SAO LUIS	R\$ 19.808.714,75	R\$ 5.392.744,19	27,22%
FLORIANOPOLIS	R\$ 4.232.436,44	R\$ 955.068,55	22,57%
PORTO ALEGRE	R\$ 9.593.249,88	R\$ 2.156.692,15	22,48%
CAMPO GRANDE	R\$ 10.232.653,70	R\$ 1.397.211,78	13,65%
NATAL	R\$ 2.213.052,51	R\$ 243.919,01	11,02%
SAO PAULO	R\$ 79.616.147,11	R\$ 8.557.339,34	10,75%
JOAO PESSOA	R\$ 8.697.273,83	R\$ 914.017,52	10,51%
FORTALEZA	R\$ 24.438.057,85	R\$ 2.198.513,18	9,00%
BELO HORIZONTE	R\$ 20.619.170,14	R\$ 561.119,88	2,72%
SALVADOR	R\$ 17.015.380,67	R\$ 275.907,78	1,62%
CURITIBA	R\$ 21.636.514,96	R\$ 270.180,20	1,25%
RECIFE	R\$ 8.963.348,14	R\$ -	0,00%
RIO DE JANEIRO	R\$ 75.769.080,49	R\$ -	0,00%

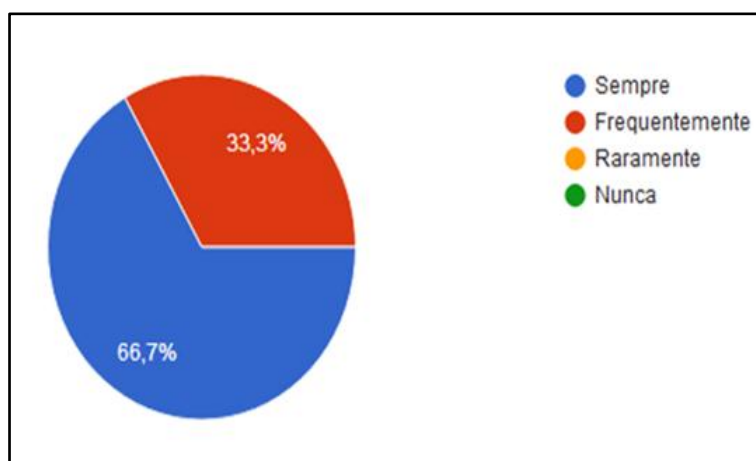
Fonte: FNDE (2018)

De acordo com a Tabela 5, para o entendimento desses 31,01% no município de Palmas, em aquisições da agricultura familiar e como ocorrem tais procedimentos, desde o planejamento das aquisições, quantidades, quais

produtos serão voltados a Chamada Pública, a pesquisa foi voltada aos servidores dentro das Unidades Escolares que são responsáveis diretos por tais atribuições e pela execução pelo PNAE.

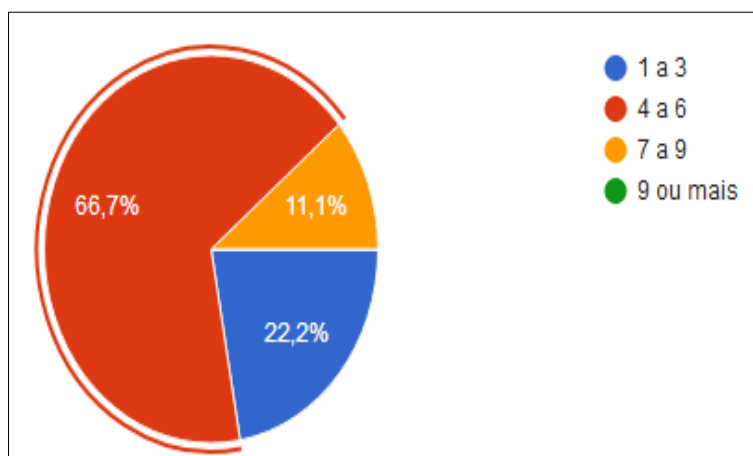
Houve o questionamento quanto ao planejamento à aquisição da agricultura familiar, marcando “sempre” 66,7% e “frequentemente” 33,3%, sendo que o planejamento é de suma importância para melhor utilização dos recursos do Programa. Planejamento quando se trata de compras é fundamental, quando são perecíveis deve-se maior atenção às quantidades, valores, a alocação na unidade escolar, visto que os recursos destinados ao PNAE necessitam perdurar durante o ano letivo e sendo garantida a alimentação aos beneficiários, graficamente representado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Planejamento na unidade escolar quanto à aquisição a agricultura familiar.



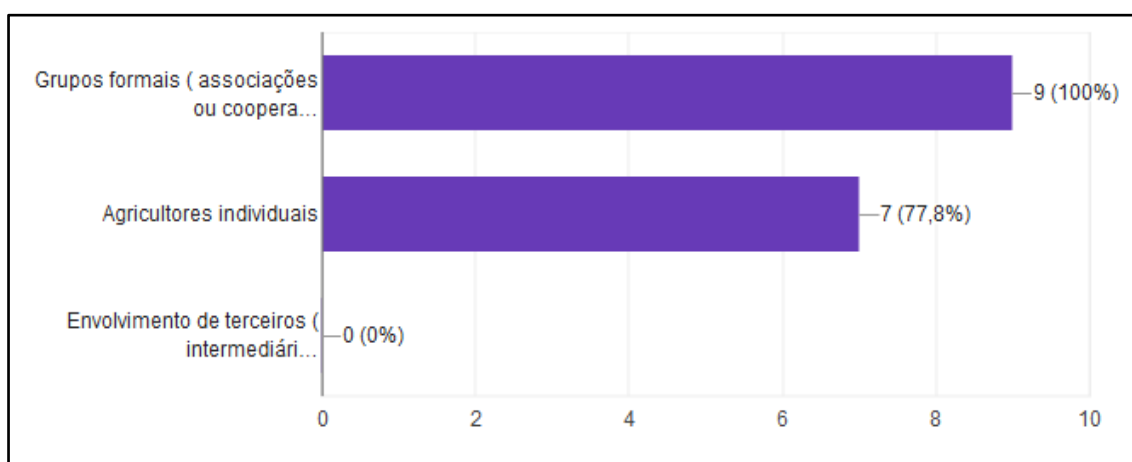
Quantificando os agricultores familiares que fornecem por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, predomina-se o número de fornecedores “4 a 6” em 66,7% das unidades escolares, de “1 a 3” em 22,2%, completando os 11,1% com “7 a 9” agricultores. (Gráfico 3)

Gráfico 3 – Quantificação de fornecedores da agricultura familiar nas unidades escolares.



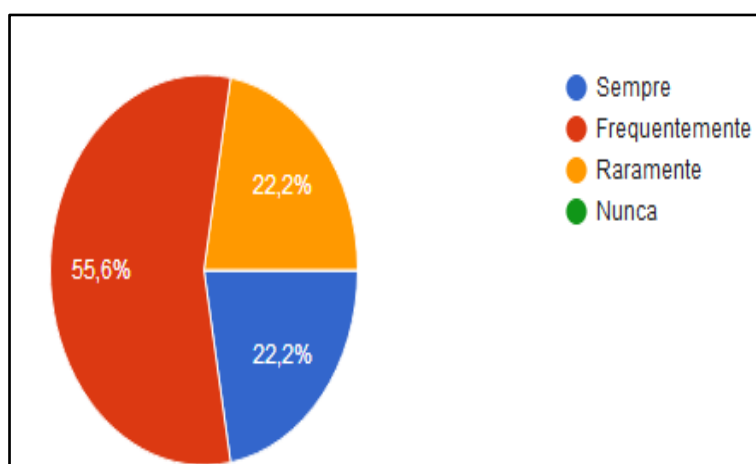
O modo de organização dos agricultores familiares reflete em como é o atendimento, fornecimento e valores dos produtos, pois as associações são mais competitivas e organizadas mercadologicamente comparando com um agricultor individual, o que reflete nos dados obtidos pelas respostas dos servidores, que incluídas na amostragem há unidades escolares adquirem não de agricultores individuais considerando os 77,8%, já os grupos formais obtém - se os 100% logo conseguem atender todas as regiões pesquisadas, conforme aponta o Gráfico 4. Enaltece-se a não participação de terceiros ou intermediários, que não englobaria os objetivos da legislação vigente do Programa.

Gráfico 4 – Modo de organização dos fornecedores da agricultura familiar nas unidades escolares.



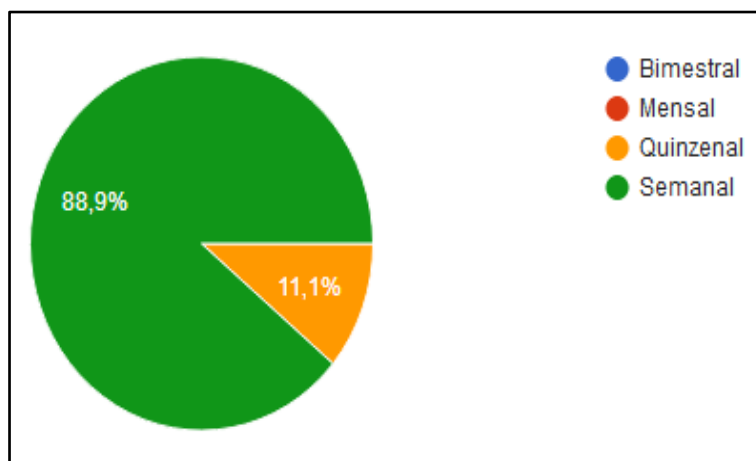
Quanto à rotatividade da participação e fornecimento nas unidades escolares, considerando as respostas, há renovação visto que nenhuma unidade escolar marcou a alternativa “nunca”. Os percentuais totalizaram 22,2% em “sempre” e “raramente”, e “frequentemente” e totalizaram 55,6%. Participação alternada de agricultores modifica-se os produtos, traz variedade, disputa de preços, contribuindo para a barganha nas escolas e logo uma melhor utilização do montante destinado. (Gráfico 5)

Gráfico 5- Renovação de agricultores quanto ao fornecimento e participação na Chamada Pública.



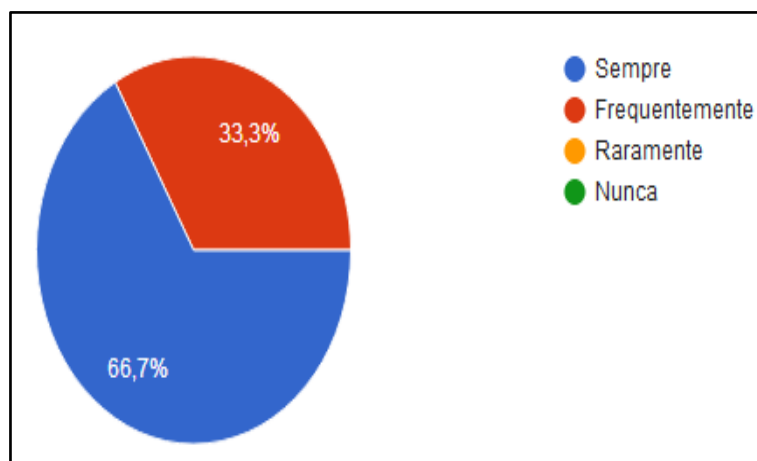
Frequência de pedidos representada no Gráfico 6 ,que em 88,9% das unidades é semanal em quanto quinzenal é realizada por apenas 11,1%, relevante para possíveis interessados, sejam novos agricultores e institutos de pesquisa ou fomento agricultura familiar, que estejam dispostos a fomentar mais a participação dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município. Ao entender a demanda e necessidades das unidades escolares é possível ofertar, planejar e estimular de acordo com a conjuntura real.

Gráfico 6- Frequência de pedidos realizados pelas unidades escolares.



Quando se compara a qualidade dos produtos e ao preço que é praticado na Chamada Pública são satisfatórios, visto que a alternativa “Sempre” se sobressai com 66,7% e a “Frequentemente” completa com 33,3%. Como os preços da Chamada Pública são baseados em pesquisa de preço nas feiras livres do município de Palmas e na tabela de preço do PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA, de responsabilidade do Instituto Desenvolvimento Rural do Tocantins- RURALTINS, que é atualizada e publicada para o ano vigente. (Gráfico 7)

Gráfico 7- Comparação qualidade/preço dos produtos fornecidos pela agricultura familiar.



Sobre os produtos solicitados pela Unidade Escolar aos agricultores familiares houve dois questionamentos referentes à pontualidade, e quantidades e itens concordância à solicitação, 66,7% responderam que são “quase sempre

pontuais” e o mesmo percentual que “quase sempre nas quantidades e itens solicitados”. Tais resultados podem justificar as 33,3% das unidades que não conseguem seguir fielmente o cardápio vigente, conforme o apontado no Gráfico 01. No entanto, 33,3% afirmaram que as entregas são “sempre pontuais” e “sempre nas quantidades e itens solicitados”. Logo denota que falta um alinhamento de demanda e oferta, gerenciamento e logística. (Gráfico 8 e 9)

Gráfico 8 - Pontualidade do recebimento dos produtos fornecidos pela agricultura familiar.

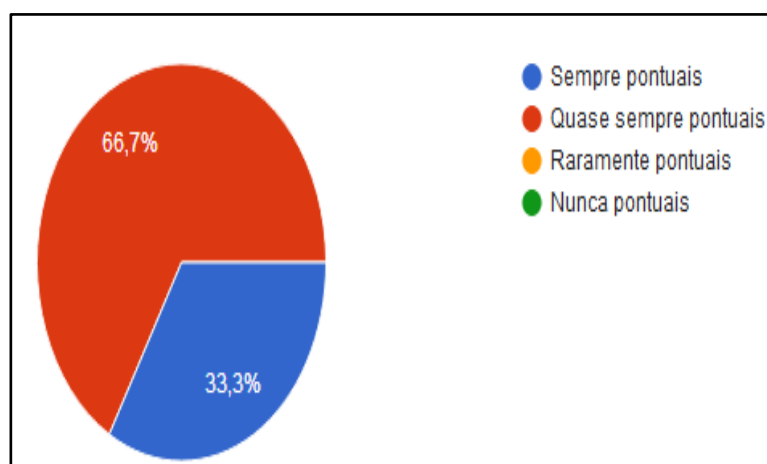
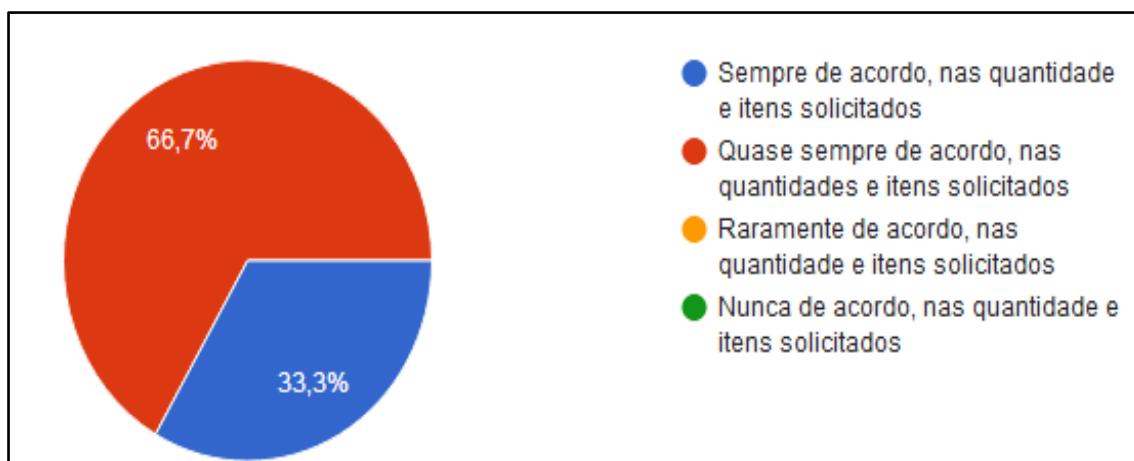


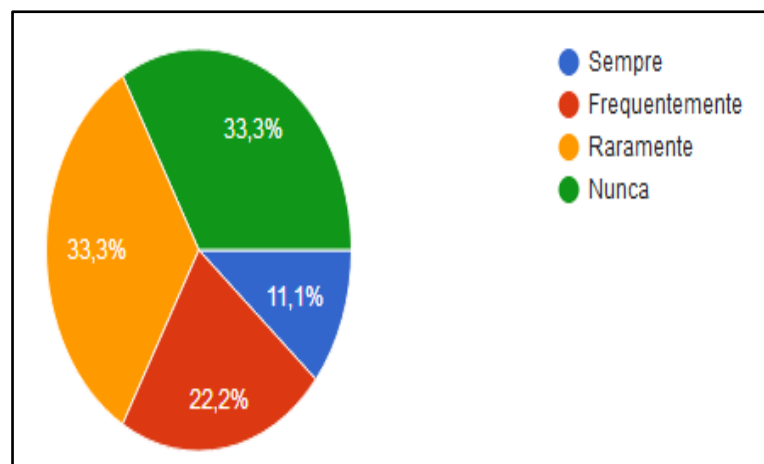
Gráfico 9- Solicitação e recebimento dos produtos fornecidos pela agricultura familiar.



Quando questionados a participação de eventos ou capacitações sobre a agricultura familiar torna-se diversificado o cenário, o gráfico 10 evidencia que grande parte dos servidores 33,3% nunca ou raramente participou/participa de

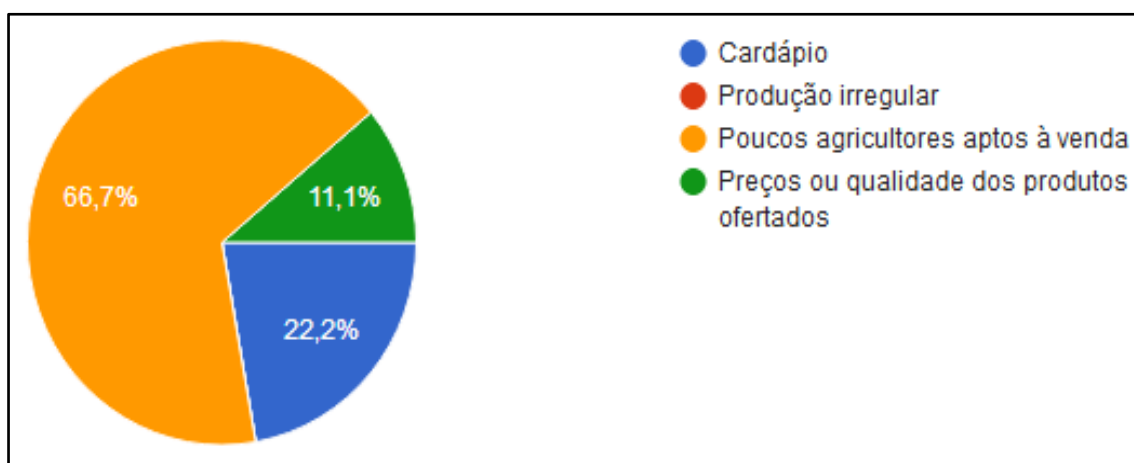
eventos ou capacitações com a temática. O que se dá um percentual baixo de acesso ao conhecimento, troca de experiências e contato com possíveis fornecedores futuros. Já 11,1% sempre participam ou participou e 22,2% frequentemente participam ou participou. Torna - se muito importante a informações estar mais próximo do agricultor familiar, que seriam nas unidades escolares, como exemplo: onde adquirir DAP, documentações necessárias para a Chamada Pública.

Gráfico 10- Eventos e capacitações sobre a agricultura familiar.



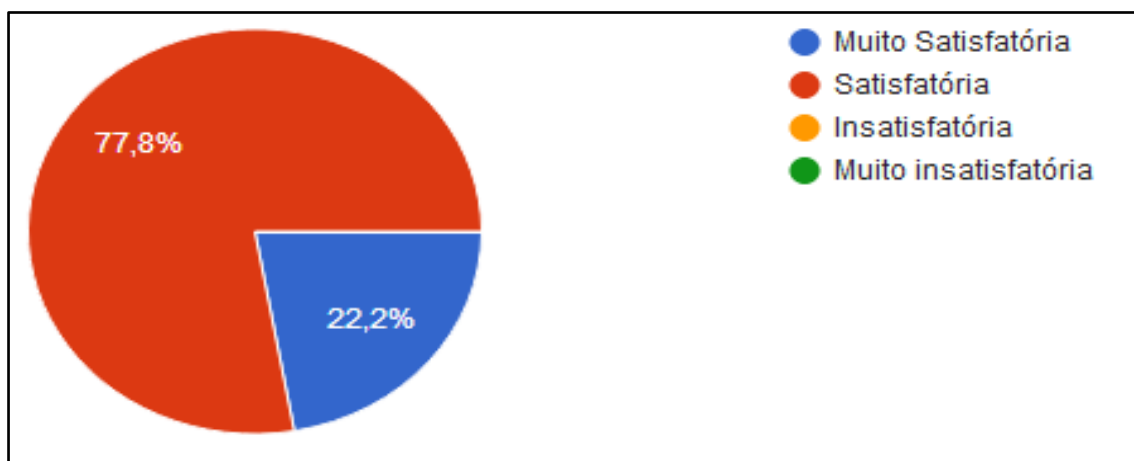
Outro ponto questionado foi a maior dificuldade em executar o Programa, dentre as opções dadas a mais consonante com 66,7% “poucos agricultores aptos à venda”, em segundo 22,2% o “cardápio” e seguido de “preços ou qualidade dos produtos ofertados”. Tal indagação serve pra ter norte das dificuldades em executar o PNAE no município de Palmas.

Gráfico 11 - Dificuldade maior na execução do PNAE nas unidades escolares.



Outro quesito em indagação foi grau de satisfação da participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar para as unidades escolares, o que resultou em “satisfatória” para 77,8% e 22,2% em “muita satisfatória”. Retratando que para o fortalecimento da atuação da agricultura familiar no PNAE, nas escolas municipais de Palmas – TO, tais pontos abordados como : atendimento, pontualidade, novos fornecedores da agricultura familiar, supra que devem ser considerados

Gráfico 12- Grau de satisfação quanto a participação da agricultura familiar.



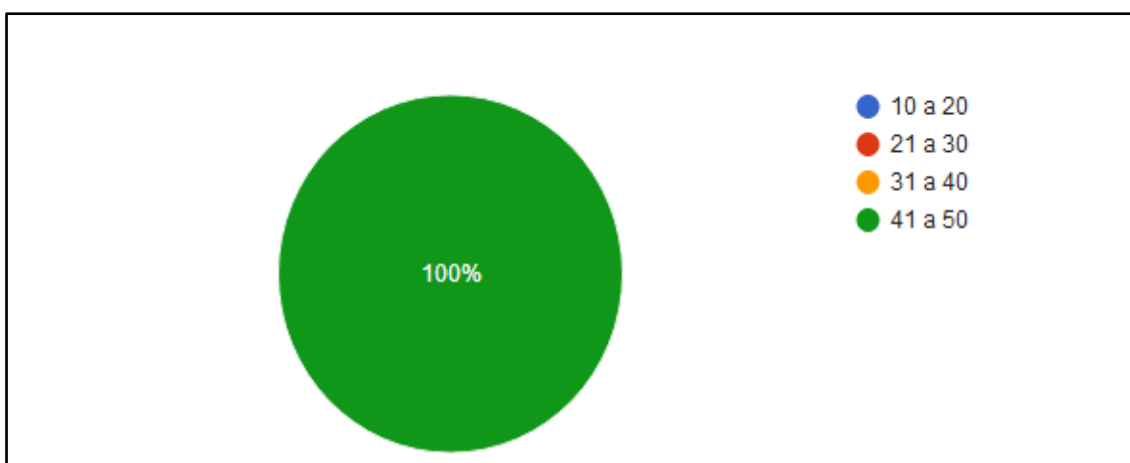
Dando continuidade para o total entendimento do PNAE, para e fundamentar os questionários realizadas nas unidades escolares, houve a aplicação de questionário ao Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Educação de Palmas, visto que responsável pela orientação, realização da

sessão da Chamada Pública nas unidades escolares, análise da documentação do agricultores familiares, logo o que condiz com a legislação do PNAE para tais aquisições.

Há princípio questiona-se sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas do município de Palmas, já que o setor tem a visão do todo e mais técnica voltando se a legislação vigente. O servidor pesquisado afirma que “sim”, que nas escolas as aquisições são realizadas de em conformidade com a LEI Nº 11.947/2009.

A fim de quantificar o número de agricultores familiares que participam dos processos licitatórios e contratos na Rede Municipal de Ensino de Palmas, considerando a alternativa marcada, são em torno de 41 a 50 agricultores familiares. E quando perguntado se o numero de agricultores que participam dos processos licitatórios supre as demandas da Rede, a resposta é “sim”, mesmo com um numero pequeno de agricultores para o atendimento de escolas e creches no município de Palmas.

Gráfico 13- Estimativa da quantidade de agricultores familiares que participam dos processos licitatórios e contratos na Rede.



Uma pesquisa sucinta ao número de agricultores familiares que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, sendo um dos critérios para fornecimento ao PNAE ou qualquer política voltada à agricultura familiar, considerando apenas as DAP's ativas e as comparando estimativa de 50 ser o numero de agricultores que fornece a Rede Municipal de Ensino, equivale a 15,87% dos registros de DAP's ativas.

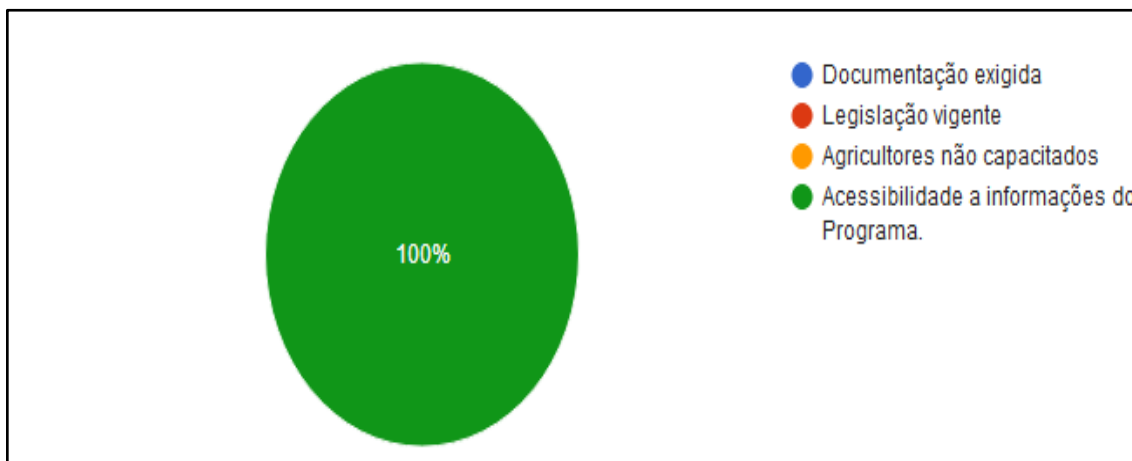
Tabela 6- Quantificação de agricultores com DAP no município de Palmas

Situação da Declaração de Aptidão ao Pronaf	Individual Pessoa Física	Grupo Formal Pessoa Jurídica
DAP ATIVA	315	03
DAP EXPIRADA	588	01
DAP CANCELADA	30	-
TOTAL DE REGISTRO	933	04

Fonte: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2018)

Na busca pelas dificuldades enfrentadas quanto à efetivação das aquisições da Agricultura Familiar dentro do PNAE, aponta-se que “acessibilidade a informações do Programa” como superior as outras vertentes, é se tratando de um Programa Nacional, carece as informações sejam claras e acessíveis a todos os envolvidos, justamente por propender ao estímulo da aquisição de pequenos produtores locais, em conformidade ao gráfico 14.

Gráfico 14- A maior dificuldade nos processos de compra da agricultura familiar.



Verificando se há alguma capacitação por meio da Secretaria Municipal de Educação de Palmas aos agricultores familiares sobre os procedimentos de compra e vendas ao PNAE, sendo assinalada a opção “não”. Correlacionando ao questionamento de haver parcerias com outras instituições (Faculdades, Ruraltins ou Secretaria de Desenvolvimento Rural) que fomentem ou trabalhem com a agricultura familiar, sendo positiva a seleção “sim”, ao acionar essa

parceria voltada ao tramites e procedimentos do PNAE, agregaria muito às aquisições da agricultura familiar, logo facilitaria a execução do Programa.

Ao averiguar concernentemente se há reclamações das Unidades Escolares sobre a determinação da legislação do PNAE na obrigatoriedade da aquisição de 30% dos recursos procedentes do FNDE, evidenciam-se devido ao assinalamento as “muitas reclamações”. Em um confronto com outro ponto de vista, sobre há necessidade de melhoria do formato macro (Nacional) do Programa para facilitar as aquisições da agricultura familiar, o que seria quase inexequível devido às singularidades regionais do Brasil e para se atingir os objetivos com eficiência, com a apropriação do poder público de tais regiões.

Questionado quanto à atuação da agricultura familiar nas Escolas Municipais de Palmas, respondido que é “satisfatória”. Mesmo com as dificuldades apresentadas quanto à obrigatoriedade dessa aquisição conforme a legislação vigente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi buscar o entendimento quanto à obrigatoriedade que as entidades contempladas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE possuem em adquirir 30% dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE em produtos da agricultura familiar no âmbito das Escolas Municipais de Palmas - TO.

O município de Palmas atualmente é efetivo quanto ao mínimo percentual determinado pela LEI Nº 11.947/2009, bem organizado quanto à execução, divisão de atribuições quanto ao molde que é adotado a “descentralização”. Por constituir-se de um Programa de âmbito nacional, algumas atualizações e adequações em relação à logística e interação entre demandantes e fornecedores além de parcerias devem ser complementadas dentro do contexto municipal para uma eficiente execução, tais mudanças que no dia- a- dia das unidades escolares seriam imprescindíveis para o fornecimento de alimentação escolar de qualidade.

O primeiro ponto evidente a ser é a falta de informação aos agricultores familiares sobre o PNAE, o que em um baixo número de agricultores familiares que fornecem/participam da Chamada Pública nas unidades escolares. Ao elevar esse quantitativo consequentemente minimizaria os problemas demandas

de acordo com necessidade e com pontualidade que são dificuldades denotadas.

O quantitativo de agricultores familiares que possuem a Declaração de Aptidão do Pronaf -DAP no município de Palmas encaixando aos critérios do Programa Nacional de Alimentação Escolar é alto, portanto há primordialidade de sincronizar ambos e o transito de informações carecem de se desenrolar e atingir o público- alvo, o acesso às informações dos processos para venda de produtos por meio do PNAE deve ser facilitado, seja por intermédio de eventos, capacitações juntamente com outras instituições governais e na própria unidade escolar, identificando-os e engajando-os a essa produção e comercialização.

Consequentemente com o aumento da adesão de agricultores ampliará o percentual de aquisições da agricultura familiar como já ocorre em outras capitais brasileiras, assim gerará renda, emprego e desenvolvimento ao meio rural do município de Palmas, o que logo facilitará para as Unidades Escolares a execução do PNAE, pois mais fornecedores poderão resultar em variedade, qualidade e atingirá o propósito da legislação de 2009 e ainda o aumento competitividade entres os fornecedores, enfim estimular quantitativa e qualitativamente tal fomento, sobretudo a cadeia produtiva.

Instiga – se que a partir desses dados, surjam outras vertentes voltadas ao contexto da individualização da Agricultura Familiar dentro Programa Nacional de Alimentação Escolar, a fim de entender as necessidades e anseios dos beneficiados já que há a demanda e garantia de uma composição de renda por meio dessa política pública.

6.REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Brasil. Ministério da Educação (MEC). **Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008.

CME-PALMAS-TO Nº 001. Disponível em: <http://www.palmas.to.gov.br/media/doc/arquivoservico/2007_001_RESOLUCAO_Disposoe_sobre_Criacao_Autorizacao_Cre.pdf> Acesso em: 22/03/2018.

DELGADO, N. G. **O papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília, DF: CONDRAF, 2009.

DIARIO OFICIAL DE PALMAS – TO. **Diário Nº 1.971**. Disponível em: <<http://diariooficial.palmas.to.gov.br/media/diario/1971-4-4-2018-20-35-15.pdf#page=6>> Acesso em: 20/07/2018.

DIARIO OFICIAL DE PALMAS – TO. **Diário Nº 1.437**. Disponível em: <<http://diariooficial.palmas.to.gov.br/media/diario/1971-4-4-2018-20-35-15.pdf#page=6>> Acesso em: 20/07/2018.

DIARIO OFICIAL DE PALMAS – TO. **Diário Nº 1.636**. Disponível em: <<http://diariooficial.palmas.to.gov.br/media/diario/1971-4-4-2018-20-35-15.pdf#page=6>> Acesso em: 20/07/2018.

Dicionário de língua portuguesa. Disponível em : <<https://www.dicio.com.br/agronegocio/>> Acesso em: 06/01/2017

Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <<https://www.fao.org/cafppef.asp>> Acesso em 15/01/2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados da Agricultura Familiar**. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 20/07/2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Sobre o PNAE- O que é?** Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>> Acesso em: 20/07/2018.

GASQUES, J.G. et al. **Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil**. In.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Nº 1009, Brasília, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo; **Métodos de pesquisa /coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUBERT, F. ; ZANOTTO, M. P. ; BORELLI, V. A. ; VIDOR, G. . **Agronegócio: um olhar sobre a produção científica brasileira na Base Spell.** In: SIICPA, 2016, Caxias do Sul, 2016.

GUILHOTO, Joaquim J.M. et al. **A importância da agricultura da agricultura familiar no Brasil e seus estados.** Rev. Econ. Sociol. Rural vol.44 no.3 Brasília July/Sept. 2006.

INCRA. **Novíssimo retrato da agricultura familiar.** Disponível em:< <http://www.incra.gov.br/novissimo-retrato-da-agricultura-familiar>> Acesso em 15/01/2018.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica de 1996 a 2017.** Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acessado em: 12/07/2018.

LAZZARI, Francini Meneghini ;SOUZA, Andressa Silva. **Revolução verde: Impactos sobre os conhecimentos tradicionais.** 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade. Santa Maria / RS UFSM 2017. Disponível em:< <http://www.ufsm.br/congressodireito/anais17/01/2018>.

MACHADO, Patrícia Maria de Oliveira. **Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde,** Programa de Pós-graduação em Nutrição, Florianópolis, 2013.

Ministério de Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura familiar.** Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar> > Acesso em 15/01/2018.

OLIVEIRA, Jonatan Alexandre de, BACCARIN, José Giacomo; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **A fragmentação da agricultura familiar: E o processo de construção de políticas públicas.** V ENCONTRO REDE ESTUDOS AGRARIOS DE 2015, Alfenas.

PACHECO, Alessandro Mendes. et.al.; **A importância do agronegócio para o Brasil.** Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária, Garça, Número 19, Julho de 2012. ISSN: 1679-7353.

PEDROZO, E. A.; ESTIVALETE, V. de F. B.; BEGNIS, H. S. M. **Cadeia(s) de Agronegócio: Objeto, Fenômeno e Abordagens Teóricas.** EnANPAD, 2004. Prefeitura Municipal de Palmas. **Agenda Institucional.** Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/servicos/escolas-municipais/56/>>. Acessado em: 12/07/2018.

Prodanov, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** de. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO DA SILVA, J. ; DE JESUS, Paulo . **Os desafios do Novo Rural e as perspectivas da Agricultura Familiar no Brasil**. Disponível em:<<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457> > Acesso em 15/01/2018

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO **Extrato da DAP**. Disponível em:<<http://smap14.mda.gov.br/extratodap>> Acesso em: 20/07/2018.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em 15/01/2018.

SENADO FEDERAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 2005. Disponível em:<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 22/01/2018.

SPALDING, Walter. **Bibliografia da revolução federalista**. In: CONGRESSO DA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894, 1, Curitiba, 1944. Anais... Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1944. p. 295-300.

VIAL, L. A. M; SETTE, T. C. C.; SELLITTO, M. A.; **Cadeias Produtivas –Foco na cadeia produtivas de produtos agrícolas**. ENSUS, 2009.

VIANA, G.; FERRAS, R.P.R. **A cadeia produtiva do leite: um estudo sobre a organização da cadeia e sua importância para o desenvolvimento regional**. Revista Capital Científico, Guarapuava, v.5, n.1, jan./dez. 2007. ISSN 2177-4153.

WELCH, C. **Agribusiness: uma breve história do modelo norteamericano**. Disponível em:<<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/CliffAgronegocios.pdf>> Acesso em: 06/01/2018.

7. APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO – TÉCNICOS ENVOLVIDOS DIRETAMENTE NO PNAE

1) Qual é a maior dificuldade nos processos de compras da agricultura familiar pelo PNAE?

- a) Documentação
- b) Legislação vigente
- c) Agricultores não capacitados
- d) Modo de divulgação da Chamada Pública

2) O número de agricultores que participam comumente do processo licitatório supre as demandas da escolas da rede municipal de ensino de Palmas ?

- ☐ Sim
- ☐ Não

3) Há capacitações para os agricultores sobre os tramites de compras por meio do PNAE?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4) Em relação à reclamações oriundas das unidades escolares sobre a obrigatoriedade da compra da agricultura familiar, você considera que existem:

- ☐ Muitas reclamações
- ☐ Poucas reclamações
- ☐ Nenhuma reclamação
- ☐ Não sei

5) No formato macro atual do Programa, há pontos que necessitam de melhorias que poderiam facilitar as aquisições da agricultura familiar?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6) O PNAE hoje, nas escolas municipais, é executado conforme a legislação vigente?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7) Há parcerias entre outras entidades ou instituições que fomentem ou que trabalhem diretamente com a agricultura familiar, seja na esfera governamental ou de pesquisa ?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8) A atual participação da agricultura familiar no PNAE no âmbito das nas Escolas Municipais de Palmas atualmente, você considera: no seu ponto de vista é:

- ☐ Muito Satisfatória
- ☐ Satisfatória
- ☐ Insatisfatória

☐ Muito insatisfatória

9) Qual a estimativa de agricultores familiares que participam dos processos licitatórios na Rede municipal de Ensino de Palmas?

- a) 10 a 20
- b) 21 a 30
- c) 31 a 40
- d) 41 a 50

QUESTIONÁRIOS- SERVIDORES DIRETAMENTE LIGADOS AO PNAE NA UNIDADE ESCOLAR.

1) Quantos agricultores familiares fornecem alimentos para esta unidade educacional por meio do PNAE ?

- a) 1 a 3
- b) 4 a 6
- c) 7 a 9
- d) 9 ou mais

2) Marque mais de uma alternativa se for o caso, como se organizam os agricultores familiares que fornecem os alimentos para esta unidade educacional ?

- ☐ Grupos formais (associações ou cooperativas)
- ☐ Agricultores individuais
- ☐ Envolvimento de terceiros (intermediários)

3) Há a renovação de agricultores que fornecem e/ou participam da Chamada Publica?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

4) Em relação aos produtos adquiridos, a qualidade equivale ao preço?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

5) Sobre os pedidos realizados e o recebimentos dos produtos da agricultura familiar, você considera que são?

- ☐ Sempre de acordo, nas quantidade e itens solicitados
- ☐ Frequentemente de acordo, nas quantidade e itens solicitados
- ☐ Raramente de acordo, nas quantidade e itens solicitados
- ☐ Nunca de acordo, nas quantidade e itens solicitados

6) Sobre os pedidos realizados e o recebimentos dos produtos da agricultura familiar, você considera que são?

- ☐ Sempre pontuais
- ☐ Frequentemente pontuais
- ☐ Raramente pontuais
- ☐ Nunca pontuais

7) Com que frequência os pedidos desta unidade escolar feita aos agricultores familiares é realizada?

- ☐ Bimestral
- ☐ Mensal
- ☐ Quinzenal
- ☐ Semanal

8) O cardápio em vigência é fielmente seguido ?

- ☐ Sim
- ☐ Raramente
- ☐ Não

9) Há um planejamento dos agentes envolvidos na alimentação escolar, quanto à elaboração da Chamada Publica, pedidos e quantidades a serem utilizadas na alimentação escolar?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

10) Você participa ou já participou de algum evento ou capacitação sobre a agricultura familiar?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

11) Como você considera a participação da agricultura familiar no PNAE nas Escolas Municipais de Palmas?

- ☐ Muito Satisfatória
- ☐ Satisfatória
- ☐ Insatisfatória
- ☐ Muito insatisfatória

12) Qual a maior dificuldade em executar o PNAE nesta unidade escolar?

- A) Cardápio
- b) Produção irregular
- c) Poucos agricultores aptos à venda
- d) Preços ou qualidade dos produtos ofertados

